

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	22
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	23
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	25
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.500
Preferenciais	0
Total	4.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.235	0
1.01	Ativo Circulante	1.235	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.216	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.216	0
1.01.02.01.03	Titulos Avaliados a Valor Justo por meio do resultado	1.216	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	19	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.235	0
2.01	Passivo Circulante	390	92.820
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	81	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	81	0
2.01.02	Fornecedores	131	92.820
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	131	92.820
2.01.03	Obrigações Fiscais	46	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46	0
2.01.06	Provisões	132	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	132	0
2.02	Passivo Não Circulante	12	0
2.02.04	Provisões	12	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12	0
2.03	Patrimônio Líquido	833	-92.820
2.03.01	Capital Social Realizado	1.998	0
2.03.01.01	Capital Subscrito	1.998	1.000.000
2.03.01.02	Capital a Integralizar	0	-1.000.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.165	-92.820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-656	-1.146	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-511	-877	0	0
3.04.02.01	Despesa com Pessoal	-502	-865	0	0
3.04.02.04	Despesas Legais e Societárias	-9	-12	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-145	-269	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-656	-1.146	0	0
3.06	Resultado Financeiro	15	74	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	19	80	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-4	-6	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-641	-1.072	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-641	-1.072	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-641	-1.072	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-641	-1.072	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-641	-1.072	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.998	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.072	0
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-1.072	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-926	0
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicação Financeira	-1.216	0
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Tributos à Recuperar	-19	0
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	38	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	46	0
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outras Sociais e Trabalhistas	81	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	144	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.998	0
6.03.01	Integralização de Capital	1.998	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000	0	0	-93	0	907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000	0	0	-93	0	907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	998	0	0	0	0	998
5.04.01	Aumentos de Capital	998	0	0	0	0	998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.072	0	-1.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.072	0	-1.072
5.07	Saldos Finais	1.998	0	0	-1.165	0	833

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	79	0
7.01.02	Outras Receitas	79	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-269	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-269	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-190	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-190	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-5	0
7.06.03	Outros	-5	0
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-5	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-195	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-195	0
7.08.01	Pessoal	865	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	634	0
7.08.01.02	Benefícios	6	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	46	0
7.08.01.04	Outros	179	0
7.08.01.04.01	I.N.S.S	179	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12	0
7.08.02.01	Federais	12	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.072	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.072	0

Comentário do Desempenho

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO - RIO SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/0001-71

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

A Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização (“Rio Securitização” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro (“Município”) e vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda, cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. A Companhia tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não-tributários objetos de parcelamentos, administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Rio Securitização obteve em 27 de junho de 2016 o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

Desde a sua constituição até a presente data, incluído o período do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. No segundo trimestre, o acionista controlador, em atendimento ao artigo 80, inciso I, da LSA, transferiu para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP 1 (uma) ação de emissão da Companhia, no qual apurou um prejuízo de R\$ 1.071.791,85, após um resultado financeiro de R\$ 75.897,18 – decorrente basicamente da aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimento de baixo risco/exposição, geridos e administrados por instituições financeiras de primeira linha – e despesas com pessoal de R\$ 864.059,13 e gerais e administrativas no montante de R\$ 281.026,59.

No mesmo período, houve um aumento de capital social do acionista Município do Rio de Janeiro constituída por 3.500 cotas de R\$ 285,00 cada totalizando um aumento de R\$ 997.500,00.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2016.

Mamed Caki
Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa
Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes
Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização (“Rio Securitização” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, tendo sido fundada em 30 de junho de 2015, sendo sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sua instituição através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015 e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Estado de Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Rio Securitização encontra-se em fase pré-operacional. A Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação.

A Rio Securitização obteve em 27 de junho de 2016 o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

O exercício social coincidirá com o ano civil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 11/11/2016.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Julgamento e estimativas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c. Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às informações trimestrais.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base nesse princípio.

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período.

b. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d. Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das informações trimestrais e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

e. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do período, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h. Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2016, não existiam instrumentos emitidos pela companhia com potencial de diluição.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações e posições vendidas que tenham sido adquiridas especialmente com a finalidade de negociação no curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações, instrumentos de dívida e cotas de fundos. Ações e cotas de fundos classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente. Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumuladas, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado do período, na rubrica “Resultado líquido com instrumentos financeiros disponíveis para venda”. As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e reclassificadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- Houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se;
- Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando a Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia no ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela Companhia.

Determinação do valor justo

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas no resultado do período.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioração na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de covenants, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte e redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução do valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para a Companhia. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

4. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Nível valor justo	30/09/2016		31/12/2015
	Custo amortizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	1.216	-
	1.216	1.216	-

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

5. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade:

	30/09/2016	31/12/2015
Serviços Prestados por terceiros (i)	116	78
Publicações	15	15
Total	131	93

(i) Em 30 de junho de 2016 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade.

6. Outras obrigações

Em 30 de setembro de 2016 a rubrica é composta basicamente por valores a pagar relativos a tributos sobre Folha de Pagamento, como segue:

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INSS a pagar	32	-
FGTS a pagar	8	-
Provisão de Férias e encargos	72	-
Provisão de 13º Salário e encargos	20	-
Cauções de contratos	12	-
	<u>144</u>	-
Circulante	132	-
Não circulante	12	-
	<u>144</u>	-

7. Despesas gerais e administrativas

No trimestre e semestre findos em 30 de setembro de 2016 a rubrica é composta como segue:

	Trimestres findos em		Período de nove	Período de
	30/09/2016	30/09/2015	meses findo em 30/09/2016	30/06/2015 a 30/09/2015
Serviços Prestados por terceiros	140	-	246	-
Outras despesas	5	-	23	-
Total	<u>145</u>	-	<u>269</u>	-

8. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 30 de setembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.997.500 (um milhão novecentos e

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

noventa e sete e quinhentos reais), e está representado por 4.500 (quatro mil e quinhentos) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Em 20 de abril de 2016 o acionista controlador transferiu 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP

Em 14 de janeiro de 2016 os acionistas da Companhia integralizaram o Capital Social no valor de R\$ 1.000 (um milhão de reais).

Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

b. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

9. Partes relacionadas

a. Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 4.499 (quatro mil quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Administradores

A gestão da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na assembleia geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os administradores da Companhia não receberam remuneração no semestre findo em 30 de setembro de 2016.

10. Contingência

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

11. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o semestre findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

12. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 30 de junho de 2016 a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa descontado para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	Total	Até 360 dias/sem vencimento	Acima de 360 dias
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado	1.216	1.216	-
	1.216	1.216	-

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa contratual descontado para os passivos financeiros na data do balanço:

	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Obrigações sociais e trabalhistas	81	98	-
Contas a Pagar	131	104	-
Obrigações fiscais	46	45	-
Outras obrigações	144	93	12
Total	402	340	12

13. Eventos subsequentes

Em 28 de julho de 2016, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a alteração da denominação social da Companhia, de Companhia Carioca de Securitização – Rio Securitização para Companhia Carioca de Securitização.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão sobre as informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e acionistas

Companhia Carioca de Securitização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia Carioca de Securitização

S.A. (anteriormente denominada Companhia Carioca de Securitização S.A. – Rio Securitização) (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Opinião

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016. ERNST & YOUNG

Rodrigo De Paula

Contador CRC-1SP 224.036/O-8

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 015.199/F-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO (Atual razão social de COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO S.A. – Rio Securitização), sociedade por ações com sede à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Anexo, 5º Andar, Sala 506-parte, CEP: 20211-110, Bairro Cidade Nova, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Mamed Caki Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO (Atual razão social de COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO S.A. – Rio Securitização), sociedade por ações com sede à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Anexo, 5º Andar, Sala 506-parte, CEP: 20211-110, Bairro Cidade Nova, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Mamed Caki Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Presidente Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores